

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____
VARA CÍVEL DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES -
ESTADO DE PERNAMBUCO.**

ROSILDA GOMES BEZERRA SOUZA DA SILVA, brasileira, casada, Cédula de Identidade R.G. nº 2.837.254 SDS/PE, inscrita no C.P.F./M.F. sob o nº 456.444.204-00, denominada 1ª Requerente, **ALICE SOUZA DA SILVA**, brasileira, Cédula de Identidade R.G nº 9.876.780 SDS/PE, inscrita no C.P.F./M.F. sob o nº 123.471.774-35, denominada 2ª Requerente e **GABRIELA SOUZA DA SILVA**, brasileira, Cédula de Identidade R.G nº 8.929.161 SDS/PE, inscrita no C.P.F./M.F. sob o nº 104.974.874-38, denominada 3ª Requerente, todas residente e domiciliada à Rua São Francisco de Assis, nº 100 – Cep. 54280-690 – Sucupira – Jaboatão dos Guararapes - PE, através de seu procurador, conforme procuração inclusa, sendo que desde já requer que todas as intimações e publicações sejam sempre efetuadas em nome do advogado **LUCIANO ANTÔNIO OLIVEIRA DA SILVA – OAB/PE nº 40.240**, vem perante a presença de Vossa Excelência a fim de propor, a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74, 15º andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ, com endereço eletrônico citacao.intimacao@seguradoralider.com.br, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

+55 (81) 3242.2359

@lucianoadvogados
Luciano Oliveira Advogados Associados
Avenida Beberibe, 552-A, Encruzilhada, Recife/PE.
www.lucianoadvogados.adv.br

1



I. - PRELIMINARMENTE

I.1 – DA JUSTIÇA GRATUITA

As Requerentes são pessoas pobres na acepção jurídica do termo, não estando em condições de demandar sem sacrifício do sustento próprio e de seus familiares, **especialmente em arcar com as custas processuais e os Honorários Advocatícios**, motivo pelo qual, pede que seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, nos termos da Lei nº 1.060/50, artigo 3º e 4º, combinado com o teor da Lei nº 7.510/86.

I.2 – DO NOME DA REQUERENTE NO SISTEMA DO “PJE”

Faz-se necessário esclarecer a divergência do nome da 1ª Requerente constante no sistema do PJE.

No caso, o nome registrado no PJE da 1ª Requerente está como **ROSILDA GOMES DE SOUZA**, ocorre que o nome que passou a utilizar quando adquiriu matrimônio com **ELIAZAR BEZERRA DA SILVA**, falecido, foi **ROSILDA GOMES BEZERRA SOUZA DA SILVA**, permanecendo após o falecimento do Sr. Eliazar, conforme certidão de casamento anexo.

Sendo assim, o feito está devidamente sanado, podendo promover andamento aos demais pedidos.

II. – DOS FATOS

Esclarece inicialmente que a 1ª requerente é viúva do Sr. **ELIAZAR BEZERRA DA SILVA**, RG sob nº 3.091.500 SSP/PE, falecido em 02 de Setembro de 2013, tendo este sido vítima de acidente de trânsito ao atravessar o sinal que se encontrava fechado **certidão de óbito** em anexo.



+55 (81) 3242.2359

@lucianoeadvogados

Luciano Oliveira Advogados Associados
Avenida Beberibe, 552-A, Encruzilhada, Recife/PE.

www.lucianoeadvogados.adv.br



O acidente aconteceu durante a constância do casamento entre o falecido e a 1ª Requerente, conforme prova **certidão de casamento** em anexo.

Os documentos apresentados fazem provas suficientes da morte do genitor da 2ª e 3ª Requerente, marido da Requerente à época dos fatos, mediante circunstanciais de trânsito, devendo ser reconhecido o direito das mesmas a indenização.

Salientamos ainda, que a 1ª Requerente pleiteou tal pedido junto a Seguradora Líder, não sendo comunicada de qualquer tipo de decisão ou motivo de tal indeferimento, tomando ciência de tal fato somente em novembro de 2016, conforme carta sob nº 9968812 redigida pela seguradora.

É imperioso ressaltar, ainda, que na oportunidade de reaver o direito **liquido e certo** de obter o seguro o qual fazem jus, as Requerentes tentaram mais uma vez, **requerer de forma administrativa o recebimento do benefício**, contudo, não lograram êxito.

A Seguradora Líder, de forma costumaz, insiste em não realizar o pagamento, alegando que o direito fora prescrito, o que não merece prosperar, conforme será analisado adiante.

Salienta-se que o direito das Requerentes, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, **sendo lhe devido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e a morte.



+55 (81) 3242.2359

@lucianoadvogados
Luciano Oliveira Advogados Associados
Avenida Beberibe, 552-A, Encruzilhada, Recife/PE.

www.lucianoadvogados.adv.br



Denota-se legítimo o dever da Requerida em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o consórcio referente ao Convênio DPVAT.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo Sr. **ELIAZAR BEZERRA DA SILVA**, culminado com o óbito, as Requerentes, esposa e filhas do falecido, busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu Direito.

III. – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

III.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Inicialmente, cumpre elucidar que a SEGURADORA LIDER foi criada exclusivamente para atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07.

PORTARIA SUSEP No 2.797, de 4 de dezembro de 2007.
O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria Nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 74 do Decreto-Lei Nº 73, de 21 de novembro de 1966, na Resolução CNSP Nº 154, de 8 de dezembro de 2006, e o que consta dos Processos SUSEP nos 15414.004363/2007-12, 15414.004368/2007-37 e 15414.004602/2007-26, R E S O L V E: Art. 1º **Conceder à SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede social na cidade do Rio de Janeiro – RJ, autorização para operar com seguros de danos e de pessoas, especializada em seguro DPVAT, em todo o território nacional.**



+55 (81) 3242.2359

@lucianoadvogados
Luciano Oliveira Advogados Associados
Avenida Beberibe, 552-A, Encruzilhada, Recife/PE.

www.lucianoadvogados.adv.br



Desta forma, cabe aos pagamentos por indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT à SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A.

III.2 – DO DIREITO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidente, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Diante do que já foi exposto não restará dúvida do direito do Demandante de receber a indenização pelo seguro obrigatório DPVAT, onde deve corresponder ao valor no caso de morte.

O art. 3º da lei nº 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas médicas, conforme se vê abaixo.

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. **(Grifo Nosso).**

+55 (81) 3242.2359

@lucianoadvogados
Luciano Oliveira Advogados Associados
Avenida Beberibe, 552-A, Encruzilhada, Recife/PE.
www.lucianoadvogados.adv.br



Portanto, o Laudo do Instituto de Medicina Legal, anexado nesta exordial, suprem a prova necessária para demonstrar o nexo de causalidade entre o acidente e a morte, apresentando assim, o direito das Requerentes de receber a devida indenização do seguro obrigatório DPVAT.

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. MORTE. COMPROVAÇÃO. **Restando comprovado que o falecimento foi decorrente de acidente com veículo automotor tem-se que é devida a pretensão autoral de recebimento da indenização do seguro DPVAT.** (TJ-MG - AC: 10674150022640001 MG, Relator: Cabral da Silva, Data de Julgamento: 22/11/2016, Câmaras Cíveis / 10ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 07/12/2016). **(Grifo Nosso).**

Em conformidade com o art. 5ª da Lei nº. 6.194/74, resta claro que as Requerentes deve ser indenizada pelo seguro, mediante os documentos acostas nesta exordial.

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Ainda assim, faz-se necessário trazer em baila, que a indenização no caso de morte, poderá ser paga, ao cônjuge sobrevivente, na sua falta, aos herdeiros, conforme preceitua o art. 792 do Código Civil Brasileiro.



+55 (81) 3242.2359

@lucianoadvogados
Luciano Oliveira Advogados Associados
Avenida Beberibe, 552-A, Encruzilhada, Recife/PE.
www.lucianoadvogados.adv.br



Art. 792. Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.

Dessa maneira, apelamos ao poder judiciário com a esperança de resolução desta causa.

III.3 – DO PRAZO PRESCRICIONAL

Efetivamente, não se pode contar o prazo prescricional da data do sinistro nem do momento em que o segurado comunica a ocorrência à seguradora, **o pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão.**

Senão vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. **PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL E FINAL. SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO. RECURSO PROVIDO.** 1. **De acordo com o STJ, o pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão.** 2. Verificado que houve pedido de pagamento administrativo, somente após a resposta negativa da seguradora surge o interesse processual para o segurado, restabelecendo o curso da prescrição até então suspensa. 3. Sentença a quo que não considerou a suspensão do prazo prescricional incide em erro in judicando, ensejando sua anulação. 3. Recurso provido. Decisão unânime. (TJ-PE - APL: 4375764 PE, Relator: Stênio José de Sousa Neiva Coêlho, Data de Julgamento: 05/07/2016, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: 19/07/2016). **(Grifo Nosso).**



+55 (81) 3242.2359

@lucianoadvogados
Luciano Oliveira Advogados Associados
Avenida Beberibe, 552-A, Encruzilhada, Recife/PE.

www.lucianoadvogados.adv.br



Desta forma, conforme negativa de carta nº 9968812 datada em 03 de Novembro de 2016, sendo está a efetiva ciência, pelas Requerentes, tem como termo inicial para contagem prescricional.

Assim, considerando que o prazo prescricional para o recebimento de verba indenizatória do seguro DPVAT, está devidamente consagrada nos termos do artigo 206, §3º, IX, do Código Civil Brasileiro.

Art. 206. Prescreve:

§ 3º Em três anos:

IX - a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

Observasse que o sinistro ocorreu em 02 de Setembro de 2013, e tendo havido a resposta negativa, que é causa interruptiva da prescrição, em 03 de Novembro de 2016, verifica-se portanto, **o pleito não encontra-se prescrito.**

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. EVENTO MORTE. PAGAMENTO PARCIAL. PRETENSÃO FULMINADA PELA PRESCRIÇÃO. O prazo prescricional para o recebimento da verba indenizatória do seguro DPVAT, antes vintenário (artigo 177, do CC/16) foi reduzido substancialmente pelo novo diploma civil, passando a ser de 03 anos, nos termos do artigo 206, § 3º, IX, do CC/02. Considerando que o sinistro ocorreu em 05/07/2007, e tendo havido pagamento administrativo parcial, que é causa interruptiva da prescrição, em 22/03/2007, verifica-se que a prescrição operou-se em 22/03/2010. Assim, quando do...(TJ-RS - Recurso Cível: 71003254760 RS, Relator: Eduardo Kraemer, Data de Julgamento: 14/09/2011, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 19/09/2011)

+55 (81) 3242.2359

@lucianoadvogados
Luciano Oliveira Advogados Associados
Avenida Beberibe, 552-A, Encruzilhada, Recife/PE.
www.lucianoadvogados.adv.br



Portanto, cumpra as Requerentes com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

IV. – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- a) Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por ser as Requerentes pessoas pobres nos termos da Lei nº 1.060/50.
- b) Citação da Requerida, para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;
- c) Que julgue a presente Ação **TOTALMENTE PROCEDENTE**, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague as Requerentes o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, por morte, devidamente atualizado e corrigido desde a data do primeiro pleito administrativo.
- d) Provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especificamente, pericial, documental e depoimento pessoal;
- e) Condenação da empresa Requerida nas custas processuais e pagamentos de honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento).



+55 (81) 3242.2359

@lucianoeadvogados

Luciano Oliveira Advogados Associados

Avenida Beberibe, 552-A, Encruzilhada, Recife/PE.

www.lucianoeadvogados.adv.br



f) Que sejam as notificações e intimações realizadas EXCLUSIVAMENTE no nome do Dr. **LUCIANO ANTÔNIO OLIVEIRA DA SILVA**, OAB/PE – 40.240, sob pena de nulidade.

Dá-se a causa o valor de R\$ 20.000,00 (vinte e mil reais).

Termos em que,
Pede deferimento.

Recife, 11 de Julho de 2018.

LUCIANO ANTONIO OLIVEIRA DA SILVA
OAB/PE 40.240



+55 (81) 3242.2359

@lucianoadvogados
Luciano Oliveira Advogados Associados
Avenida Beberibe, 552-A, Encruzilhada, Recife/PE.

www.lucianoadvogados.adv.br

